



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações ao Ministério da Fazenda, acerca da falta de transparência na execução do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial no que se refere à sua gestão financeira, seleção de projetos e viabilidade de investimentos, com o intuito de esclarecer a ausência de dados públicos acessíveis sobre o programa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, ao Ministério da Fazenda, acerca da falta de transparência na execução do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial no que se refere à sua gestão financeira, seleção de projetos e viabilidade de investimentos, com o intuito de esclarecer a ausência de dados públicos acessíveis sobre o programa:

1. Qual é a metodologia utilizada para a escolha dos projetos inseridos no Novo PAC e por que o processo de seleção não foi amplamente divulgado ao público?
2. Quais informações financeiras estão sendo disponibilizadas para o acompanhamento público dos investimentos realizados no âmbito do Novo PAC? Existe um portal de transparência atualizado regularmente?
3. Por que o Novo PAC recebeu uma pontuação de apenas 8,5 em 100 em termos de transparência, segundo a avaliação da Transparência Internacional Brasil? Quais medidas estão sendo adotadas para reverter esse cenário?
4. Quais são os critérios específicos que estão sendo utilizados para garantir a seleção de projetos com viabilidade técnica e financeira dentro do Novo PAC?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

5. Existem informações acessíveis ao público sobre os processos de licenciamento ambiental dos projetos do Novo PAC? Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que as questões ambientais sejam corretamente tratadas?
6. A CoST (Iniciativa de Transparência na Infraestrutura) apontou que o Novo PAC atende a apenas 10% dos critérios estabelecidos para promover a transparência em projetos de infraestrutura. O que o Ministério da Fazenda tem a dizer sobre essa avaliação? Quais ações estão sendo tomadas para melhorar esse índice?
7. Quais medidas estão sendo tomadas para garantir a consulta pública e a participação das comunidades afetadas pelos projetos do Novo PAC, especialmente em relação aos impactos sociais e ambientais?
8. Como está sendo realizada a auditoria e o monitoramento da execução dos projetos do Novo PAC? Quais órgãos ou entidades independentes estão sendo responsáveis pela fiscalização desses projetos?
9. Em relação às obras do Novo PAC, quais mecanismos de controle financeiro estão sendo aplicados para evitar desvio de recursos públicos, superfaturamento e outros atos de corrupção?
10. Quais ações específicas o Ministério da Fazenda está tomando para garantir que o Novo PAC não seja operado nas "sombras", com informações e dados ocultados de forma a prejudicar a transparência e o controle social?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.42/2025

JUSTIFICATIVA

A implementação do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem gerado tanto expectativas quanto uma série de questionamentos sobre a transparência e os critérios adotados na execução das obras. Nesse contexto, a falta de clareza nas informações fornecidas pelo Ministério da Fazenda, especialmente em relação à metodologia de seleção dos projetos, levanta dúvidas sobre a legitimidade da escolha e da execução das obras. A transparência é um pilar fundamental para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma justa e eficiente.

A ausência de explicações detalhadas sobre como os projetos são selecionados e quais critérios são adotados gera desconfiança, tanto na população quanto nas autoridades competentes. Isso compromete a credibilidade do programa. Além disso, é essencial que a distribuição dos recursos entre estados e municípios seja equitativa e baseada nas reais necessidades de cada localidade. O Novo PAC, sendo uma grande alavanca de investimentos, deve buscar, de maneira transparente, atender aos locais mais carentes e com maior potencial de impacto social.

Quando há falta de clareza sobre essa distribuição, cria-se um ambiente propício a favorecimentos e distorções, o que gera desconfianças quanto ao uso de recursos públicos e à equidade territorial. A população precisa compreender como os recursos são destinados e quais critérios são adotados para garantir que isso aconteça de forma justa.

A contratação das empresas responsáveis pela execução das obras também exige maior transparência. O uso de processos licitatórios adequados, que sigam os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, é imprescindível para garantir que os recursos sejam bem aplicados e que não ocorram superfaturamentos ou contratações indevidas. A falta de transparência nesse processo pode aumentar o risco de favorecimento de empresas com vínculos políticos, ao invés de empresas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

qualificadas e competentes, o que comprometeria a integridade do programa e desperdiçaria recursos públicos.

Outro ponto crucial é o acompanhamento das obras do Novo PAC e a implementação de um sistema de monitoramento eficaz, que são fundamentais para garantir a boa execução dos projetos. O monitoramento contínuo assegura que as obras sejam realizadas dentro do prazo, orçamento e com a qualidade esperada, prevenindo falhas ou desvios que poderiam prejudicar a população. A falta de fiscalização ou a inexistência de mecanismos claros de controle não só compromete a efetividade do PAC, mas também coloca em risco os objetivos de desenvolvimento social e econômico do país. Portanto, é de extrema importância que o Ministério da Fazenda forneça informações detalhadas sobre os mecanismos de monitoramento e fiscalização aplicados aos projetos do Novo PAC.

A consulta pública, que deve ouvir as comunidades impactadas pelos projetos do PAC, é outro mecanismo importante para garantir que as decisões sejam tomadas de forma democrática e com a participação da sociedade. A ausência de consulta pública ou a falta de informações claras sobre como essas consultas estão sendo realizadas pode resultar em um descompasso entre as necessidades reais das comunidades e as obras implementadas. Além disso, a falta de transparência nas consultas públicas pode gerar impactos sociais negativos e comprometer a legitimidade das obras junto à população afetada.

A transparência no processo de escolha dos projetos prioritários também é uma questão importante. A justificativa para a escolha dos projetos deve ser clara e acessível à população, para que todos compreendam as razões pelas quais determinados projetos foram selecionados em detrimento de outros. A falta de explicações sobre como as prioridades foram estabelecidas pode criar um clima de desconfiança e especulação, prejudicando a imagem do programa. A transparência nesse processo assegura que as obras atendam às necessidades reais da população e não a interesses políticos ou eleitorais de curto prazo.

A necessidade de detalhamento do plano de execução do Novo PAC é outro aspecto relevante. A ausência de um plano claro, com prazos estabelecidos e metas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.42/2025

objetivas, dificulta a avaliação do sucesso do programa e torna quase impossível o acompanhamento efetivo por parte da sociedade. A transparência em relação ao plano de execução também possibilita que os cidadãos e as instituições fiscalizadoras possam cobrar o cumprimento dos prazos e a boa aplicação dos recursos. Sem essa clareza, o programa corre o risco de ser mal executado e de não cumprir seus objetivos de promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

O acompanhamento das obras e a entrega dos projetos dentro do prazo e orçamento estabelecidos são questões que devem ser tratadas com extrema seriedade. O Novo PAC envolve grandes quantias de recursos públicos, e a gestão eficaz dessas verbas é fundamental para o sucesso do programa. A falta de transparência nesse acompanhamento pode resultar em desvios de recursos, atrasos nas obras e, conseqüentemente, na frustração das expectativas da população. Por isso, é essencial que o Ministério da Fazenda esclareça como está sendo feito o acompanhamento das obras e quais medidas estão sendo tomadas para garantir que elas sejam entregues dentro do prazo e com os recursos previstos.

Em suma, o Novo PAC representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento do país. Contudo, para que seja bem-sucedido, é imprescindível que as informações sobre sua execução sejam claras e transparentes. A sociedade precisa ter confiança de que os recursos estão sendo aplicados de forma eficiente e justa e que os projetos estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, da moralidade e da transparência.

O requerimento de informações visa justamente garantir que a população tenha acesso aos dados necessários para acompanhar o andamento do programa e exercer sua função de fiscalização, assegurando que o Novo PAC realmente contribua para o desenvolvimento do Brasil de forma equilibrada e sustentável.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 28 de janeiro de 2025.



* C D 2 5 3 3 2 1 5 9 6 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - MESA

RIC n.42/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253321596200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 5 3 3 2 1 5 9 6 2 0 0 *